

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.403 - RS (2019/0243716-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : ARNO ZILS**  
**ADVOGADO : EDUARDO HEITOR PORTO - RS045729**  
**AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO**  
**REGIOES DAS CULTURAS - SICREDI DAS CULTURAS RS/MG**  
**ADVOGADOS : HUMBERTO JOSÉ MEISTER - RS038520**  
**GRACIELE PELIZZARO PEREIRA - RS060341**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS. EFEITOS.

A interposição de embargos à execução, em regra, não suspende a execução. A concessão do efeito suspensivo aos embargos tem por pressuposto o requerimento pelo embargante, a demonstração dos requisitos à concessão da tutela provisória e a segurança do juízo por meio de penhora, de depósito ou de caução suficientes, nos termos do art. 919, §1º do CPC/15. - Circunstância dos autos em que não se justifica a concessão do efeito suspensivo, pois ausente os seus requisitos.

RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração não foram acolhidos (e-STJ, fls. 194/200).

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante aponta violação dos arts. 8º, 489, 805, 919 e 1022 do Código de Processo Civil/2015.

Defende o cumprimento dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo aos embargos de execução.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar.

Com efeito, não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Ademais, não há que se falar em ausência de fundamentação, ou fundamentação deficitária, nos termos do artigo 489 do Código de Processo Civil, haja vista que a decisão trouxe argumentação sólida a respeito da questão discutida, tendo as razões de recurso demonstrado mero descontentamento da parte contrária.

A propósito, cito os seguintes precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DA GUIA DE RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. REQUISITOS. ART. 1.022 DO CPC/2015. ERRO MATERIAL, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Os embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022, e seus incisos, do CPC/2015, são cabíveis quando houver: a) obscuridade; b) contradição; c) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no art. 489, § 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida; ou d) o erro material. No caso dos autos, tais hipóteses não estão presentes.
2. Ao contrário do que afirma a embargante, não se observa no

julgado a alegada carência de fundamentação, uma vez que ficou devidamente consignado na decisão embargada que "a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem as guias de recolhimento do preparo, apesar de presente o comprovante de pagamento", não se verificando, portanto, "o atendimento da exigência contida no art. 511, caput, do CPC", situação apta a denotar a ocorrência de deserção do recurso, nos termos da jurisprudência desta Corte superior.

3. Não há vício de fundamentação quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, tal qual se constata no caso concreto.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1564501/PE, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 4.8.2016, DJe 12.8.2016)

No que concerne à aplicação do efeito suspensivo à hipótese, a Corte de origem entendeu que não foram preenchidos seus requisitos autorizadores, conforme se extrai dos seguintes excertos (fl. 170):

No caso dos autos, a parte agravante sustenta que o agravado utilizou a taxa do CDI- Certificado de Depósito Interfinanceiro para reajuste do contrato, o que é absolutamente vedado pela jurisprudência desse egrégio Tribunal; que há matéria da maior relevância, tanto na ação anulatória e revisional quanto nos embargos à execução, a ponto de ensejar o recebimento dos embargos no efeito suspensivo, sob pena de causar graves prejuízos; que o banco agravado, à sua vez, não terá nenhum prejuízo com a concessão do efeito suspensivo aos embargos, uma vez que a execução está robustamente garantida; que a suspensão da execução enquanto tramitam os embargos à execução e ação revisional é medida que se impõe, pois que, diante da penhora constante dos autos, nenhum prejuízo sofrerá a agravada com a suspensão dos atos de expropriação forçada, caso ocorra, mas que por certo, lhes sendo oportunizado algum tempo, a dívida será paga.

**No entanto, não há comprovação de que o prosseguimento da execução enseje situação particular que evidencie a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.**

Assim, por qualquer aspecto que se analise, a decisão recorrida deve ser mantida.

Com efeito, a interposição de embargos à execução, em regra, não suspende a execução. **A concessão do efeito suspensivo aos embargos tem por pressuposto o requerimento pelo embargante, a demonstração dos requisitos à concessão da tutela provisória e a segurança do juízo por meio de penhora, de depósito ou de caução suficientes, nos termos do art. 919, §1º do CPC/15.**

**Circunstância dos autos em que não se justifica a concessão do efeito suspensivo, pois ausente os seus requisitos.** (sem destaques no original)

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ. A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. É vedado, em sede de recurso especial, o exame da presença dos pressupostos para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução, porquanto tal providência demandaria a incursão nos elementos fático-probatórios dos autos, atraindo a incidência da Súmula n. 7 do STJ. Precedentes.

2. Consoante o disposto no parágrafo 6º do art. 639-A do Código de Processo Civil/73, a concessão de efeito suspensivo aos embargos do executado não impede a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens. (AgInt no AREsp 967.692/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 24/03/2017).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 902.534/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 1.10.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO QUE REVOGOU EFEITOS SUSPENSIVO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES. TRIBUNAL A QUO QUE DECIDIU A QUESTÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. PREJUÍZO NÃO CONSTATADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A CONCESSÃO DA SUSPENSIVIDADE. REVISÃO DESTE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. ÓBICE QUE SE APLICA A AMBAS AS ALÍNEAS DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 910.773/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 21.5.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora